

Conselho de Segurança veta a demarcação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Conselho de Segurança Nacional vetou, ontem, a proposta de demarcação de uma área de 148.600 hectares para os índios apinajés, no Norte de Goiás, recomendando que a área reivindicada seja reduzida em 60 mil hectares, limitando-se a Oeste pela rodovia Transamazônica. Ficou definido na reunião do grupo interministerial que está analisando a questão que, na próxima segunda-feira, um grupo integrado por representantes do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Getat — Grupo de Terras do Araguaia-Tocantins do Ministério do Interior e da Funai sobrevoará a área onde

persiste um forte clima de tensão, segundo afirmou o delegado do órgão na área, Gilberto Azanha.

Ao sair da reunião que durou quase cinco horas, o presidente da Funai, Nelson Marabuto, disse que o órgão chegou a submeter ao "grupo" uma proposta alternativa, que reduziria a área indígena em 18 mil hectares, deixando de fora dos limites da reserva a região de Cacalinho, área reconhecida como de posse Imemorial dos apinajés, onde, inclusive, estão localizados antigos cemitérios. Mas o Conselho defende a posição da não-incorporação de um grande trecho da rodovia Transamazônica à área indígena e, com isso, a aldeia de Cacalinho ficaria fora da área a ser

demarcada, proposta que provavelmente será rejeitada pelos índios.

"A Funai — afirmou Marabuto — está realmente apreensiva com o estado de máxima tensão vivido na área. Pedimos, ontem, o apoio da Polícia Federal e estamos com 120 policiais da PM. Na próxima segunda-feira, chegará à área um grupo da 4ª Divisão de Levantamento da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, baseada em Manaus, que tão logo seja equacionado o atual impasse as negociações iniciará a demarcação da área dos apinajés." Marabuto não acredita que a posição de políticos da região, entre eles o prefeito de Tocantinópolis, José Saboia e o secretário de Justiça de Goiás, José Freire, que querem impedir a criação

da área indígena e a sua demarcação, não teve qualquer influência na decisão tomada pelo Conselho de Segurança Nacional".

"Agora — afirmou Marabuto ao término da reunião — a Funai vai tentar administrar a crise que está ocorrendo na área, enquanto aguardamos a ida do grupo interministerial à região, para avaliar a real situação que se verifica. Apesar da posição dos índios, que tinham dado prazo, até a meia-noite de ontem, para que o governo definisse a área dos apinajés, Marabuto acha que será possível contornar a situação até a próxima segunda-feira, pois o órgão deslocou para a área indigenistas experientes, como Cláudio Romero".

Em São Paulo, Casa do Índio abandonada

Mau cheiro, sujeira, perigo de contaminação. É nesta condição precária que vivem 31 índios de diversas tribos enviados pela Funai para tratamento de saúde em São Paulo. Empilhados em quatro quartos, aleijados, tuberculosos, cegos, doentes mentais e cardíacos convivem diariamente. Para as poucas camas existentes, não há lençol nem cobertores. A verba para a alimentação não chega há vários dias e a solução é fazer apenas uma refeição — arroz com batata — por dia.

Na Casa do Índio, na rua Dr. Bacciar, 896, em Vila Clementino, a situação é grave. Há alguns dias, Paulo Ferreira Dias, funcionário da Funai e responsável provisoriamente pelo local, viajou para Brasília em busca de verbas para pagar as dívidas e poder vestir e alimentar todos os índios. Enquanto esperam, carajás, guaranis, caibis, txucaramães e caigangues são atendidos apenas por Ana Márcia, atendente de en-

fermagem que há um ano mora com os índios. Ana não sabe qual a verba que a Funai manda para a Casa do Índio nem porque eles estão neste estado de abandono. Enviada do Xingu, onde era funcionária, e com os escassos recursos de que dispõe, Ana só pode mesmo ajudar na cozinha ou brincar com as crianças doentes. Não há sequer remédios disponíveis.

O índio Jaguarinu, da tribo Caibi do Norte do Mato Grosso, está há três meses em São Paulo. Curado de uma doença nos olhos, ele espera apenas sua mãe, que está com pneumonia, sair do hospital. Jaguarinu explica que a Casa do Índio foi criada para os índios do Xingu, que aqui viriam para tratar da saúde, uma vez que na região não existem recursos suficientes. Mas não são só os índios do Xingu que adoecem. Assim, a Funai, sem ter para onde enviar as outras tribos, encaminha todas para o mesmo lugar.

Para Jerusa, uma índia xavante que veio para São Paulo com 14 anos, trabalhou, estudou e hoje é advogada, o problema é muito mais grave. Ela lembra-se da antiga Casa do Índio, na rua Scipião, na Lapa, onde a coordenação era muito melhor e havia um real interesse pelos índios. "Hoje quem vem trabalhar aqui pensa que vai encontrar mordomia; quando vê o desespero em que vivemos, pede transferência", diz, referindo-se à antiga funcionária designada pela Funai, que depois de alguns dias viajou para Brasília.

Sem ter condições de procurar trabalho, pois muitos não falam português, os índios são impotentes diante de tanto descaso. Sua única ligação com a Funai, o funcionário Paulo Ferreira, não dá notícias. E o dinheiro para o leite e o pão quem está fornecendo é Jerusa e outro índio, Quinik Nau, que está de passagem pela cidade.

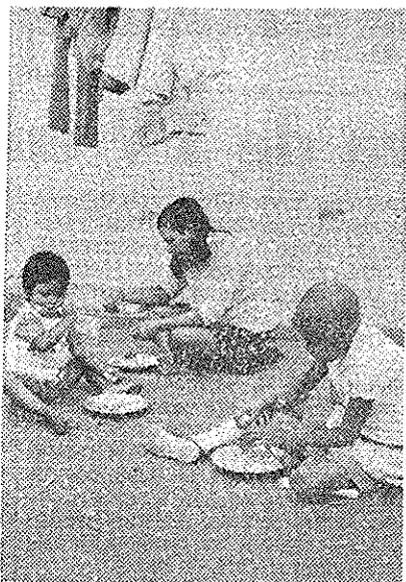


Foto Newton Aguiar

Índios doentes e abandonados